



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BELO HORIZONTE, MG, 30 DE NOVEMBRO DE 1995**(1^a parte)**

Senhor Governador do Estado de Minas Gerais, meu companheiro Eduardo Azeredo; Senhor Ministro da Saúde, Professor Jatene; Senhores Ministros de Estado, aqui presentes, numerosos – a força do Governador de Minas é grande; Senhores Parlamentares; Senadores, Deputados, Vereadores; Senhores Prefeitos; Senhor Prefeito de Belo Horizonte; Dona Eloiza; Senhor Subsecretário de Programas de Educação a Distância, Dr. Pedro Paulo Poppovic; Senhor Secretário Executivo do Fundo Nacional de Desenvolvimento Educacional, Barjas Negri; Senhora Secretária de Educação Fundamental, Professora Iara Prado; Senhor Presidente da Associação Mineira dos Municípios; Senhores Secretários Municipais; Senhoras e Senhores,

Este nosso encontro, hoje, é um encontro pouco habitual. Eu não vim aqui, neste momento – nem o Governador – para fazer nenhuma peroração a respeito da educação e da saúde e de outros temas afins. Pelo contrário, nós estamos aqui para ouvi-los e para responder a questões que suscitem. Claro, isso não pode ser feito sem que haja um esquentamento de motores, sem que se dê alguma mensagem sobre

qual é a orientação geral do Governo nessas matérias, sobretudo no relacionamento entre o Governo Federal, o governo estadual e os governos municipais.

Tenho repetido – e não me custa fazê-lo outra vez – que, se há algo criativo e novo no Brasil, é o entrosamento crescente entre as várias esferas de administração. Freqüentemente, fora do Brasil se tem dificuldade de entender o modo pelo qual a nossa vida político-administrativa se desenvolve, porque nós somos uma federação. De fato, somos uma federação, com governadores, assembleias, tribunais de contas, deputados estaduais, com autonomia, com Constituições próprias em cada estado. Temos cerca de cinco mil municípios que repetem esse mesmo esquema de autonomia administrativa.

Eu não conheço – pode existir – a organização da Índia, por exemplo, nem da China, mas, no mundo ocidental, não existe paralelo dessa complexidade de cinco mil unidades municipais, estados e a União. E todos eles com autonomias muito demarcadas e com capacidades decisórias próprias.

Ora, se nós desconhecemos esse fato, que não é só o fato da Federação, é o fato do município, dificilmente vamos poder levar adiante uma administração, em Brasília, que tenha capacidade de influenciar o Brasil. Ou nós nos entrosamos, ou o governo central fala no isolamento. Então, é melhor que nós nos entrosemos. É melhor para o povo também. É melhor para o País.

Fala-se muito em reforma do Estado. Eu mesmo falo muito nisso. Estamos, agora mesmo, lutando no Congresso, como os senhores sabem, por uma reforma do Estado, por uma reforma administrativa. Mas a reforma administrativa é uma parte desse processo. Nós não podemos imaginar que, pura e simplesmente, o Brasil vai mudar porque haverá novas regras de contratação ou eventual dispensa de funcionários, ou porque as aposentadorias vão ser dessa ou daquela maneira.

Claro que isso é essencial. Aqui há muitos administradores que devem ter uma imensa dificuldade de fechar as contas no fim do mês, para não falar no fim do ano, porque estão com as despesas crescendo

mais rapidamente do que a receita, apesar de que a receita cresce, historicamente, como nunca, nesse momento.

Só para lhes dar uma idéia, no Fundo de Participação de Estados e Municípios houve um crescimento real de 30%, neste ano. Trinta por cento. Por quê? Porque houve um aumento da arrecadação muito forte também. Não foi só por isso, mas houve, também, um aumento de aquecimento muito grande da economia. E de tudo isso resultou um aumento do Fundo, que, claro, cada administrador não percebe porque o Fundo de Participação é assim. Ele é baseado no Imposto de Renda e no Imposto sobre Produtos Industriais, e ambos são sazonais. Então, há momentos em que a pessoa pensa que pode projetar para o resto do ano o recurso que entrou naquele mês; e, no mês seguinte, cai. É uma gangorra.

Mas, fazendo-se a média, houve crescimento. Só que, na média do crescimento, a despesa cresceu sempre mais depressa do que a receita. Então, muitos municípios, muitos estados e a União tiveram que recorrer a empréstimos, e, muitas vezes, da forma mais letal de empréstimo, que é o empréstimo de curto prazo, os famosos ARO, que vão terminar pagando pessoal. Quando se chega a esse ponto, o Doutor Jatene, que é médico, diria: "Bom, cuidado, porque tem que operar, não tem mais cura, em termos de pequenos remédios. A situação é grave."

Isso é uma situação que está muito endêmica no Brasil. Bem, esse aspecto é muito importante, mas não é tudo. Nós temos que pensar também a reforma de outras perspectivas.

E, limitando-me a alguns poucos exemplos do Governo Federal, é fundamental que se faça uma descentralização adequada, que é a nossa proposta. É fundamental que o Governo Federal repasse recursos e é fundamental que os recursos sejam bem geridos, fiscalizados e que o uso deles seja feito em nível municipal, crescentemente; e que o atendimento direto seja, crescentemente, em nível municipal.

Isso implica uma nova mentalidade. Difícil, porque quem dispõe de recurso dispõe de poder, e é muito difícil fazer com que certos níveis mais altos da administração abram mão desse poder para que outros possam dar a destinação final aos recursos.

E mesmo o nosso sistema político todo está organizado de modo tal, que ele faz pressão sobre o Governo Federal, para que depois o recurso vá para os governos municipais. E muitas vezes dá a sensação de que “Então, o que fazer, se nós não participamos mais dessa cadeia decisória?” É que vamos participar de uma nova cadeia decisória, em nível municipal. E, sobretudo, vamos mudar a ênfase do setor político, da liberação de recursos, para a análise das políticas que estão sendo implementadas, dos grandes números que estão sendo implementados. E as populações, pouco a pouco, vão perceber que o seu deputado e o seu senador são competentes, não quando diretamente pressionam e levam o recurso, mas quando estão lá lutando para que se estabeleça uma política adequada, no plano federal, para que esses recursos, de fato, fluam e cheguem ao município.

E essa orientação é geral. Na área da Saúde, o Ministro Jatene dará os exemplos que couberem e de acordo com a competência dele, que é enorme. Eu me calaria, porque temeria dizer alguma impropriedade diante de quem tanto conhece.

Na área da educação também tenho medo, mas o Ministro não está aqui. Então, posso dizer uma ou outra coisa a mais. Qual é a orientação? A primeira orientação é de valorização do ensino básico. E há já no Congresso – com um apoio imenso; aliás, devo reconhecer, como tenho feito sempre, o apoio do Congresso para todas essas transformações – uma medida que tem alta transcendência e que é comparável a uma medida que o Governador de Minas apresentou aqui, em termos de uma redistribuição de renda entre os municípios.

Os municípios que se encarregam, efetivamente, do ensino primário vão ter mais recursos do estado e da União, porque é preciso; de tal modo que nosso objetivo com esse Plano de Valorização do Ensino Fundamental e do Professor é que, em média, no Brasil, cada município dispense 300 reais por estudante, e que, em média, o professor do ensino básico também receba trezentos reais. “Ah”, vão dizer, “Meu Deus, só isso?” Só que em muitos lugares do Brasil, imensas regiões e muitos municípios, a maioria não chega a esse nível. Isso é, às vezes, o dobro ou mais que o dobro do de hoje.

Então, isso é um projeto de longo alcance e faz com que, efetivamente, o município se interesse diretamente pela educação. O município que mais alunos tiver mais apoio terá. E o Governo Federal complementará, com o Fundo da Educação, com recursos suficientes para que nós tenhamos essa base mínima de formação de professor, de pagamento de professor e de treinamento de aluno.

Por que isso? Porque nós hoje, todos, já sabemos que o Brasil dispõe de uma rede escolar suficiente para atender a todos os jovens que aí estão, em idade escolar. Minas Gerais é um exemplo disso. Um bom exemplo, aliás, porque aqui as coisas se processam corretamente, na área educacional.

Mas nós sabemos, também, que o problema não é esse, é da evasão escolar; é da repetência, que leva à evasão. E a repetência, que leva à evasão, tem a ver com o despreparo do professor e tem a ver com a incapacidade, às vezes até nutricional, do aluno para permanecer na escola. Então, nós estamos também fazendo um forte programa, que os senhores conhecem, nas áreas mais pobres do Brasil, nas áreas do Comunidade Solidária. Estamos duplicando a merenda escolar nessas áreas mais pobres, estamos agilizando – e não vem deste Governo, vem do Itamar Franco – a municipalização da compra da merenda escolar.

No que diz respeito à questão sobre o atendimento da escola, direto, dos recursos, nós fizemos uma inovação grande. O professor está recebendo, diretamente, na escola, uma proporção desses recursos. Em todas as escolas. Mas a proporção é diferente em cada uma delas. Isso não quer dizer que o prefeito não receba uma parcela. Vai receber. De qualquer forma, é um modo de, diretamente, fazer com que a direção da escola, com a associação de pais e mestres, se interesse pelo uso do recurso. Recebe pequena parcela que seja, mas saberá onde aplicar melhor.

Ainda no campo do treinamento do professor, nós estamos criando aqui a TV Educativa, que vai funcionar 24 horas, só no treinamento de professores. Não vou me alongar, porque haverá quem possa responder melhor do que eu sobre essa matéria. Num país como o nosso, com 29 milhões de estudantes em escola fundamental, 2 milhões de professo-

res, é impossível não adotar técnicas mais eficientes, modernas, de treinamento. Não é para ensinar ao aluno, é para ensinar ao professor.

Mais tarde, vamos ter que ter um monitor, porque não basta transmitir a imagem, é preciso que haja um acompanhamento. Nós estamos, dentro dessa concepção de valorização do ensino primário, valorizando também a transferência de responsabilidade e de recursos para o nível municipal.

Essa é a orientação geral. Não quero me alongar quanto a outros ministérios, mas é a orientação geral. Não se muda uma mentalidade em um ano, nem em quatro anos, talvez nem em dez anos. Mas o importante aqui é mudar o rumo, é fazer com que as medidas tomadas tenham a força da irreversibilidade, de tal maneira que aqueles que vão me suceder, daqui a três anos, tenham condições para continuar esse programa. E, se, por acaso, houver tentativa de não fazer nessa direção, a própria base da sociedade reagirá, porque perceberá as vantagens de uma administração dividida, compartilhada, nos vários níveis de governo.

É essa a orientação do Governo nessas questões sociais centrais de educação e de saúde, que são as centrais mesmo – nutrição, evidentemente, está dentro disso –, que tem como consequência a baixa da mortalidade infantil. O Prof. Jatene dirá o que corresponde nessa matéria, enfim, no conjunto das ações sociais.

Vejo com muita freqüência dizer-se: “Ah, bom, mas e o programa social?” O programa social não é um espetáculo para fazer propaganda na televisão: é uma atitude persistente, uma orientação persistente.

E, se os senhores olharem com atenção o orçamento da União, vão ver que o orçamento destina cerca de 65% global dos seus gastos para o que se chama de área social.

De modo que existe realmente – e não estou aqui para dizer que isso é uma mudança feita em um ano – uma consciência que vem se adensando no Brasil há mais tempo. Há experiências em vários Estados, em vários municípios, no próprio Governo Federal. Mas agora nós estamos no momento de maturação de todo esse processo e de compreensão de que não bastam –naturalmente é fundamental a estabilização da economia – apenas os novos investimentos, que virão, estão vindo, virão; a

taxa de crescimento vai aumentar, a taxa de poupança está aumentando, as nossas reservas, toda gente sabe, nunca estiveram tão altas. Mas, no caso do Brasil, nós temos que concentrar fortemente as políticas públicas ao redor de educação e de saúde.

Não quero diminuir as outras, como habitação — e saneamento, evidentemente, que faz parte do processo de saúde —, porque não haverá uma automaticidade de simplesmente “cresceu a economia, aumentou o bem-estar”. Nós já passamos por períodos no Brasil de crescimento econômico sem aumento de bem-estar. É preciso um esforço simultâneo de crescimento da economia e de aumento do bem-estar.

Por fim, para não tomar demasiado tempo e como não quero tolhê-los do prazer de ouvir os demais que aqui estão, e muito menos de nós todos ouvirmos as questões que eles nos apresentem, eu gostaria de lhes dizer que eu acredito, mas com muita força, que todo esse processo está já muito enraizado no País. O País já sabe o que deseja, o País já tem consciência, e a qualidade média dos administradores brasileiros melhorou bastante, dos prefeitos, dos governadores — excluam o Presidente. Eu não tenho dúvida de que a qualidade média aumentou consideravelmente porque a sociedade foi se desenvolvendo, foi crescendo.

Teremos, no futuro, um grande desafio, ante o qual vamos ter que trabalhar unidos. Esse desafio chama-se oferta de emprego. E não é possível mais pensar esse processo como oferta de emprego *público*, porque os cofres públicos não permitem mais e porque a sociedade não paga mais impostos para雇regar pessoas.

Nós ainda não estamos com esse problema de uma maneira aguda no Brasil. O primeiro semestre deste ano teve a taxa mais baixa de desemprego da história do Brasil — 4% e qualquer coisa — do IBGE. E tem uma série histórica.

Pode-se discutir a acuidade da medida, mas, como se faz a comparação da mesma medida no tempo, na verdade houve uma oferta de emprego maior do que no passado.

Não obstante, já nas áreas mais desenvolvidas, as urbanas, de grande densidade econômica, começa a existir um problema. No ABC de São Paulo, por exemplo.

Para terminar, sempre gosto de fazer uma citação. Havia um famoso sociólogo, economista barbudo chamado Marx, que, quando discutia a história da Inglaterra, os alemães diziam: "Ah, isso não tem nada a ver conosco." Ele dizia: "*De te fabula narratur* – eu estou contando a sua história".

De alguma maneira quando nós olhamos o que está acontecendo na Espanha, na França, na Itália, nós devemos ter presente isso. Lá estão ocorrendo processos que amanhã podem ocorrer aqui; com uma vantagem para nós, que podemos nos antecipar porque sabemos as consequências da forma de desenvolvimento tecnológico atual. E porque nós temos, também, um grau de desenvolvimento – e aí uma desvantagem que vira vantagem – mais desequilibrado. Então, nós ainda temos redutores do processo de desemprego, porque ainda temos uma enorme população no campo. Enorme em comparação com esses países que mencionei há pouco, onde a população rural é 2,3%. A nossa deve andar por mais de 20%.

Então, nós podemos ter medidas de apoio à agricultura, à pequena empresa familiar no campo, para manter mais gente nesse tipo de trabalho. É fundamental que, nesse desenho do modelo de desenvolvimento brasileiro, não nos esqueçamos de que temos que ter um apoio muito grande da pequena e média empresa na cidade e no campo, que são as únicas capazes de reter mão-de-obra diante da avassaladora tendência de uma economia que é capaz de aumentar exponencialmente a produtividade e que não tem a mesma capacidade de oferecer emprego nessas áreas de exponenciação tecnológica.

São esses os problemas, são essas as questões que eu gostaria de colocar como pano de fundo, para que possamos discutir as questões que parecerem pertinentes aos senhores nessa conversa que eu espero que seja mais franca – civilizada eu sei que é porque estamos em Minas Gerais –, a mais franca possível.

Muito obrigado.

(2ª parte)

Eu creio que, diante das questões propostas, cabe-me fazer algumas considerações. Em primeiro lugar, para aquietá-los. Meu amigo, Prefei-